

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenasas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Taxar ultraprocessados pode reduzir doenças crônicas e mortes

Mantido no ritmo atual, o ganho de peso da população adulta brasileira deve levar ao surgimento de 10 milhões de novos casos de doenças crônicas evitáveis – como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares – entre 2024 e 2044. Nessas duas décadas, estima-se que a proporção de adultos com sobrepeso no país passe de 57% para 75%, resultando em cerca de 1 milhão de mortes.

Diante desse cenário, o epidemiologista Leandro Rezende e sua equipe na Universidade Federal de São Paulo simularam o impacto que a imposição de taxas sobre os alimentos ultraprocessados poderia gerar na saúde da população. Os ultraprocessados são uma categoria de alimentos industrializados aos quais são adicionados altos teores de açúcar, gordura e sal com a finalidade de aumentar sua durabilidade ou palatabilidade.

Os resultados, publicados no *American Journal of Preventive Medicine*, mostram que cobrar mais por esses alimentos gera um efeito protetivo proporcional ao tributo. Impor uma taxa de 10% pode restringir a 67% o total de adultos com sobrepeso em 2044, evitando 526 mil casos de doenças e 71 mil mortes. Se a taxação chegasse a 50%, a frequência de sobrepeso baixaria para 50%, prevenindo 1,8 milhão de adoecimentos.

Segundo Rezende, o estudo avança ao estimar o impacto sobre o conjunto dos alimentos ultraprocessados, e não sobre itens isolados, como as bebidas açucaradas. Como o efeito da alimentação depende do padrão geral, ações voltadas a toda a categoria tendem a apresentar maior eficácia na redução do excesso de peso.

Especialistas ressaltam, contudo, que a tributação não resolve o problema isoladamente. A resposta ao aumento de preços depende do ambiente alimentar e de condições sociais. Para maximizar os resultados, a taxação deve vir acompanhada de políticas públicas complementares, como subsídios a alimentos in natura, regulação da publicidade e ações de educação alimentar que tornem as escolhas saudáveis mais acessíveis a toda a população.

Internet: <revistapesquisa.fapesp.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No período “estima-se que a proporção de adultos com sobrepeso no país passe de 57% para 75%”, o segmento “que a proporção de adultos com sobrepeso passe de 57% para 75%” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “estima”.
- 2 Depreende-se do texto que a imposição de uma taxa de 10% sobre os alimentos ultraprocessados seria capaz de reduzir em 67% o número absoluto de adultos com sobrepeso no Brasil, no ano de 2044.
- 3 Os vocábulos “ultraprocessados”, “hipertensão” e “cardiovasculares”, presentes no texto, estão grafados em estrita conformidade com as regras do Acordo Ortográfico vigente.
- 4 A expressão “in natura” é empregada no último parágrafo para designar produtos em seu estado natural. Assim, a sua substituição pela expressão **não processados** preservaria a correção gramatical, a coerência e o sentido original do texto.
- 5 A substituição de “ações voltadas a toda a categoria” por **ações voltadas à toda a categoria** preservaria a correção gramatical do texto, haja vista a regência da forma verbal “voltar”.
- 6 No fragmento “ações de educação alimentar que tornem as escolhas saudáveis mais acessíveis a toda a população.”, a forma verbal “tornem” está flexionada no plural para concordar com o termo “políticas públicas complementares”, que funciona como núcleo do sujeito da oração adjetiva introduzida pelo pronome relativo “que”.
- 7 Sem prejuízo para a correção gramatical e mantendo-se a coerência do texto, o segmento inicial “Mantido no ritmo atual” poderia ser reescrito como **Caso seja mantido no ritmo atual**, alteração que explicitaria a circunstância de condição subjacente à oração reduzida de particípio original.
- 8 No trecho “Se a taxação chegasse a 50%, a frequência de sobrepeso baixaria para 50%”, a forma verbal “baixaria” encontra-se flexionada no futuro do pretérito do modo indicativo para exprimir uma ação factual, plenamente realizada e consumada no passado.

Texto para os itens de 9 a 16.**Conselho de Ética, compliance e soberania popular: difícil de equilibrar**

A integridade do mandato eletivo constitui premissa básica para uma democracia sustentável. No Brasil, a fiscalização interna é exercida pelos Conselhos de Ética e Decoro Parlamentar, que desempenham papel central na manutenção da integridade institucional.

A análise da responsabilidade não pode ser restrita ao processamento de denúncias. Pelo contrário, deve contemplar a equação complexa que envolve a disciplina interna, a observância de normas de conduta profissional e o principal: o respeito à soberania popular, que também não merece ser absoluta.

O rito processual é juridicamente formal, visando garantir o contraditório e a ampla defesa. Os elementos inerentes ao devido processo legal, mesmo em foros *interna corporis*, devem ser observados. Mas como manter o equilíbrio entre a técnica e a vontade das urnas, respeitando critérios mínimos de moralidade?

A responsabilidade primária do Conselho é o estabelecimento de um juízo de fato e de direito sobre a violação do decoro. Contudo, o sistema confronta-se com um risco estrutural: a subsunção do juízo ético pelo juízo político. O compliance surge, assim, como uma necessidade inadiável, exigindo a adoção de mecanismos internos que garantam a conformidade e a transparência.

O compliance demandaria a criação de regras claras de conflito de interesses, estabelecendo um sistema rigoroso de registro e divulgação de interesses, assegurando que o mandato não se utilize para ganho privado. Exigiria, ainda, a transparência patrimonial, mediante a fiscalização efetiva do uso de verbas, garantindo a probidade na gestão dos recursos públicos. Embora os órgãos de controle já exerçam essas funções, é necessário estimular uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não apenas de punição.

Por último, a integridade do sistema é sustentada por três pilares que devem permanecer em equilíbrio. A responsabilidade do Conselho de Ética deve ser a de instruir processos com rigor técnico e isenção. O compliance deve atuar de forma preventiva e estrutural. A soberania popular deve ser o limite, assegurando que o ato extremo da sanção se motive pela ofensa grave ao decoro, e não pela disputa de poder. Dessa forma, a manutenção desse equilíbrio tridimensional é um imperativo constitucional.

Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “a subsunção do juízo ético pelo juízo político”, o vocábulo “subsunção” equivale semanticamente a autonomia, indicando que a avaliação ética deve sobrepor-se e independer das injunções políticas.
- 10 Suponha-se que um advogado do CREF-21, ao fundamentar parecer sobre a implantação de um programa de compliance, redigiu o seguinte trecho: “Faz-se mister a implementação de regras que obstem o uso do cargo para fins privados, haja vista que a conduta ética dos inscritos deve ser ilibada.”. Nesse caso, é correto afirmar que o texto emprega redação formal, coesa e condizente com o padrão culto exigido em documentos técnicos institucionais.

- 11 No trecho “A responsabilidade primária do Conselho é o estabelecimento de um juízo de fato e de direito sobre a violação do decoro”, o isolamento da expressão “de fato” por meio de vírgulas alteraria o sentido do texto original e acarretaria incorreção gramatical ao período.
- 12 No fragmento “assegurando que o mandato não se utilize para ganho privado”, o vocábulo “se” exerce a função de pronome reflexivo, indicando que o mandato realiza uma ação sobre si mesmo.
- 13 Na construção “Embora os órgãos de controle já exerçam essas funções, é necessário estimular uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não apenas de punição.”, a seguinte reescrita do trecho manteria a correção gramatical, mas alteraria o sentido do texto: **Ainda que os órgãos de controle já realizem essas funções, é necessária uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não somente de sanção.**
- 14 No trecho “Mas como manter o equilíbrio entre a técnica e a vontade das urnas, respeitando critérios mínimos de moralidade?”, o emprego do sinal de interrogação constitui um recurso retórico que visa engajar o leitor na reflexão central do texto, introduzindo o dilema a ser desenvolvido nos parágrafos subsequentes.
- 15 No período “Pelo contrário, deve contemplar a equação complexa que envolve a disciplina interna, a observância de normas de conduta profissional e o principal: o respeito à soberania popular, que também não merece ser absoluta.”, o segmento introduzido pelos dois-pontos “o respeito à soberania popular” exerce a função sintática de adjunto adnominal do termo antecedente “o principal”.
- 16 No trecho “assegurando que o ato extremo da sanção se motive pela ofensa grave ao decoro”, o vocábulo “que” exerce a função de pronome relativo, introduzindo uma oração que restringe o sentido do termo que o antecede.

Durante 10 dias consecutivos, Dalila registrou a quantidade de águas-vivas avistadas em uma enseada. Ao reunir as suas anotações, percebeu que havia perdido o registro do 10º dia, mas lembrava que a média das quantidades observadas nos 10 dias havia sido igual a 12. Nos 9 primeiros dias, os registros, em ordem, foram 7, 10, 12, 15, 9, 14, 11, 13 e 16.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 No 10º dia, Dalila avistou 13 águas-vivas.
- 18 A mediana da quantidade de águas-vivas avistadas foi igual a 13.
- 19 A moda da quantidade de águas-vivas avistadas foi igual a 12.
- 20 Caso o maior registro fosse substituído por 6, a média dos 10 registros diminuiria em uma unidade.

Quanto aos anagramas da palavra PISTACHE, julgue os itens a seguir.

- 21 Podem ser formados 40.320 anagramas distintos.
- 22 Há 10.080 anagramas que começam com a letra P ou terminam com a letra E.
- 23 O número de anagramas em que as 3 vogais aparecem em posições consecutivas é igual a 4.320.
- 24 Em exatamente 10.080 anagramas, a letra P aparece antes da letra I.

Havia 2 castelos que se comunicavam entre si por meio de corvos mensageiros. Durante 5 dias consecutivos, foram enviadas, ao todo, 180 mensagens. As quantidades de mensagens enviadas diariamente, em ordem crescente, formaram uma progressão aritmética. Sabe-se, ainda, que um quinto da soma das quantidades enviadas nos 3 últimos dias era igual à soma das quantidades enviadas nos 2 primeiros dias.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 No primeiro dia, foram enviadas 10 mensagens.
- 26 A razão da progressão aritmética é igual a 14.
- 27 No 4º dia, foram enviadas 30 mensagens a mais do que no segundo dia.
- 28 Nos três últimos dias, foram enviadas, ao todo, 150 mensagens.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito dos conceitos fundamentais de informática, da organização da informação e da transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 29 O sistema operacional integra a categoria de software do fabricante e, entre suas funções, estão a administração de arquivos, o controle dos periféricos e a execução de utilitários.
- 30 A substituição de um teclado por outro modelo altera exclusivamente um componente de hardware, sem modificar, por si só, o software do computador.
- 31 A compactação de arquivos pode contribuir para a redução do espaço ocupado em disco, sem alterar a organização desses arquivos em pastas e subpastas.
- 32 A existência de cópias de segurança elimina a necessidade de adoção de outras medidas de proteção da informação, como o antivírus e o controle de acesso.

Quanto à computação em nuvem, à inteligência artificial e aos conceitos fundamentais de informática, julgue os itens a seguir.

- 33 A elasticidade da computação em nuvem permite que a quantidade de recursos computacionais disponíveis para uma aplicação seja aumentada ou reduzida conforme a variação da demanda, sem exigir que a infraestrutura permaneça dimensionada para o pico de utilização durante todo o tempo.
- 34 A utilização de inteligência artificial pressupõe, obrigatoriamente, que todas as decisões do sistema sejam tomadas sem qualquer intervenção humana.
- 35 Na computação em nuvem, o acesso aos serviços é realizado por meio da rede, usando mecanismos padronizados, possibilitando a sua utilização por diferentes tipos de dispositivos compatíveis.
- 36 A computação em nuvem elimina a necessidade de gerenciamento de recursos computacionais pelo provedor, uma vez que todo o controle da infraestrutura passa a ser realizado exclusivamente pelo consumidor.

Acerca dos sistemas operacionais, das redes de computadores, dos serviços de Internet e do gerenciamento da informação, julgue os itens a seguir.

- 37 Uma organização pode manter uma intranet mesmo que esta não esteja conectada à Internet, desde que utilize tecnologias de rede para comunicação interna.
- 38 Uma extranet caracteriza-se por disponibilizar, obrigatoriamente, todos os recursos internos de uma organização para acesso público pela Internet.
- 39 Os navegadores modernos permitem que um mesmo usuário mantenha diversas páginas abertas simultaneamente por meio de abas, sem que cada página precise ser executada em uma janela independente.
- 40 Uma rede corporativa pode utilizar simultaneamente serviços acessíveis apenas a seus colaboradores e serviços disponibilizados ao público pela Internet, sem que isso descaracterize sua intranet.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

De acordo com a Lei Federal nº 9.696/1998, julgue os itens a seguir.

- 41 Os profissionais inscritos no CREF-21 realizam a escolha dos conselheiros por meio de voto, em eleição direta.
- 42 Dos valores recebidos pelo CONFEF por conta dos pagamentos das anuidades, 20% será, obrigatoriamente, destinado ao Fundo de Desenvolvimento dos CREFs.
- 43 Cabe ao CREF-21 receber 80% dos valores arrecadados por meio do pagamento das taxas devidas pelos profissionais e pelas pessoas jurídicas.
- 44 Os CREFs não realizam inscrição, no quadro de profissionais, dos indivíduos que possuem diploma obtido em curso de licenciatura em educação física.
- 45 Suponha-se que o CREF-21 realizou uma fiscalização em uma academia na cidade de São Luís-MA. Nesse caso, é correto afirmar que o órgão possui competência para realizar fiscalizações de natureza empresarial ou sanitária e aplicar sanções nessas áreas, quando constatadas irregularidades.
- 46 Ao CONFEF compete a edição dos atos necessários à fiscalização do exercício profissional.
- 47 Suponha-se que um CREF esteja em graves condições de gerenciamento administrativo e financeiro. Nesse caso, é correto afirmar que caberá ao CONFEF intervir em sua atuação, se considerada indispensável a intervenção para o restabelecimento da normalidade.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Sistema CONFEF/CREFs, julgue os itens seguintes.

- 48 Suponha-se que um profissional de educação física tenha conhecimento de que o seu irmão, também profissional dessa área, esteja atuando com o registro suspenso. Nesse caso, é correto afirmar que é seu dever orientá-lo corretamente, sem denunciá-lo ao CREF.
- 49 Suponha-se que um professor de natação tenha verificado que uma criança, reiteradamente, vinha demonstrando falta de confiança em suas aulas, pois ela não galgava avanços e demonstrava-se desconfortável. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com o Código de Ética, esse professor deve renunciar às funções com essa criança.
- 50 Poderá o profissional de educação física, devidamente registrado, prestar serviços eventuais, sem caráter permanente, devendo ser remunerado por isso, conforme condições previamente definidas à execução do trabalho.
- 51 O profissional de educação física deve, em sua atuação, observar as normas expedidas pelo Sistema CONFEF/CREFs, bem como cumprir com princípios da moral individual, social e profissional.
- 52 O profissional de educação física tem o direito de aceitar encargos somente quando julgar-se capaz de apresentar desempenho seguro para si.
- 53 Na aplicação de multas para quem infringir as disposições do Código de Ética, concernente ao valor, será observado como limite máximo o equivalente a dez anuidades.
- 54 Cabe ao CREF-21 analisar e deliberar sobre as situações não previstas no texto do Código de Ética.

Com base no Regimento Interno do CREF-21 – Resolução nº 037/2023 –, julgue os itens a seguir.

- 55 Os processos pautados em reunião de plenário serão julgados por ordem numérica crescente.
- 56 Suponha-se que um conselheiro tenha sido designado para ser o relator de um processo administrativo. Nesse caso, é correto afirmar que esse conselheiro, se for considerado impedido, tem até o término da reunião de distribuição para declarar seu impedimento.
- 57 O relator de um processo administrativo que não analisar e redigir o relatório em 60 dias poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que devidamente fundamentado, por igual período.
- 58 Dada a ciência do conteúdo do relatório em reunião plenária, cada conselheiro regional poderá requerer esclarecimentos acerca do processo.
- 59 Suponha-se que o relator responsável de um processo administrativo ainda não encaminhado tenha entrado em licença. Nesse caso, é correto afirmar que o processo ficará suspenso durante o período de afastamento do relator.
- 60 Iniciado o julgamento de processo, caberá ao presidente do plenário a leitura do relatório.
- 61 A deliberação sobre o resultado do julgamento de um processo deverá constar na ata da reunião do plenário.
- 62 Suponha-se que, na semana posterior à proclamação da conclusão de um processo, um conselheiro releu o documento em inteiro teor. Nesse caso, é correto afirmar que, caso tenha percebido novas evidências, o seu voto poderá ser alterado, desde que devidamente fundamentado e aprovado pelo presidente do CREF-21.
- 63 Cabe ao CREF-21 exercer funções disciplinares no estado do Maranhão.
- 64 O CREF-21 tem competência para inscrever em dívida ativa os débitos de taxas e de multas a ele devidos.
- 65 O conselheiro suplente que, devidamente convocado, substituir um membro titular em reunião de plenário, participará dela com todas as prerrogativas, exceto o voto, não lhe cabendo esse direito enquanto membro substituto.
- 66 A pauta de reunião do plenário será definida pela diretoria do CREF-21, no mínimo, dez dias antes de sua realização, e será distribuída aos conselheiros regionais até o 10º dia anterior à reunião.
- 67 O plenário do CREF-21, com a presença da maioria absoluta de seus membros, possui competência para homologar as suas eleições.
- 68 A discussão e a aprovação das atas de reuniões anteriores será o primeiro trabalho a ser realizado assim que for aberta a reunião do plenário.
- 69 À câmara de registro compete, especificamente, manter o cadastro dos cursos de graduação em educação física do Brasil.
- 70 A diretoria do CREF-21 é constituída por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos conceitos de ética e moral e das disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8.429/1992, da Lei nº 10.303/2001, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 11.941/2009 e da Lei nº 12.527/2011, julgue os itens a seguir.

- 71** Do ponto de vista filosófico, ética e moral são conceitos relacionados, mas não equivalentes: a ética compreende valores, normas e padrões de conduta que orientam o comportamento de determinada coletividade, enquanto a moral consiste na reflexão crítica quanto a esses padrões e seus fundamentos.
- 72** Suponha-se que a autoridade administrativa rejeite, mediante despacho fundamentado, representação por improbidade que não contenha as formalidades exigidas pela lei. Nesse caso, é correto afirmar que a rejeição impede que os mesmos fatos sejam levados ao conhecimento do Ministério Público por meio de representação, pois a matéria já foi objeto de pronunciamento fundamentado da Administração Pública.
- 73** Nos termos da Lei nº 12.527/2011, a qualidade da informação que permanece não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino, corresponde ao conceito de integridade.
- 74** Suponha-se que uma pessoa condenada tenha falecido, deixando aos sucessores patrimônio inferior ao valor da obrigação de reparar o dano e do perdimento de bens decretado. Nesse caso, é correto afirmar que a obrigação e o perdimento poderão ser executados contra os sucessores até a satisfação integral, ainda que a execução ultrapasse o valor do patrimônio transferido.
- 75** Na alienação indireta do controle de companhia aberta, realizada mediante a transferência onerosa do controle de sua controladora, a oferta pública de aquisição das ações com direito a voto dos demais acionistas será facultativa, pois não ocorre transferência direta das ações integrantes do bloco de controle da companhia aberta.
- 76** Suponha-se que, observados os limites de receita e inexistindo impedimentos além dos indicados, uma sociedade simples, uma cooperativa de consumo, uma sociedade limitada com pessoa jurídica em seu capital e uma sucursal, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior pretendam usufruir do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006. Nesse caso, é correto afirmar que apenas as duas primeiras poderão fazê-lo.
- 77** Após as alterações promovidas pela Lei nº 11.941/2009, o ativo não circulante passou a compreender os subgrupos, realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- 78** A inexistência de licitação decorre da inviabilidade de competição, enquanto, na dispensa, a contratação direta fundamenta-se em hipótese expressamente prevista em lei, sem que a inviabilidade de competição constitua requisito geral.

- 79** A matriz de alocação de riscos deve integrar, obrigatoriamente, o edital e o contrato em toda licitação regida pela Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do valor e do regime de execução adotado.
- 80** De acordo com a Lei de Acesso à Informação, ao receber um pedido de acesso que não possa ser atendido de imediato, o órgão ou a entidade pública deverá apresentar resposta em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa expressa e ciência do requerente. Se a informação estiver disponível, o acesso deverá ser concedido de imediato.

No que se refere à legislação e às normas aplicáveis ao orçamento e à contabilidade pública, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- 81** Em observância ao princípio do orçamento bruto, as cotas de receitas que uma entidade pública tenha que transferir a outra serão incluídas, pelo valor total, como despesa no orçamento da entidade obrigada à transferência, e como receita no orçamento da entidade que as receberão, vedada a dedução prévia desses valores.
- 82** No âmbito federal, o plano plurianual (PPA) não coincide integralmente com o mandato presidencial: sua vigência inicia-se no segundo exercício financeiro do mandato em que é aprovado e estende-se até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- 83** Suponha-se que o PPA estabeleça a meta de construção de 80 escolas durante sua vigência e que a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) defina 20 delas como prioridade de determinado exercício. Nesse caso, é correto afirmar que, para que seja compatível com o PPA, a Lei orçamentária anual (LOA) deverá consignar recursos para a construção das 80 escolas.
- 84** Suponha-se que um analista tenha afirmado que o ciclo orçamentário se encerra com a aprovação e a publicação da LOA, uma vez que a execução das despesas e a avaliação dos resultados constituem procedimentos posteriores e independentes. Nesse caso, é correto afirmar que o analista está correto em seu apontamento.
- 85** No orçamento-programa, o alcance do objetivo de um programa é aferido pelo cumprimento das metas físicas de suas ações, pois essas metas expressam os efeitos produzidos sobre a realidade social, enquanto os indicadores do programa quantificam os bens e serviços entregues à sociedade.
- 86** O sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo integra a LOA.
- 87** De acordo com o MCASP, o balanço orçamentário é composto de quadro principal, de quadro da execução dos restos a pagar não processados e de quadro da execução dos restos a pagar processados.

- 88 Caso a receita prevista seja parcialmente restabelecida após a limitação de empenho e de movimentação financeira, as dotações cujos empenhos foram limitados deverão ser integralmente recompostas.
- 89 Na classificação da receita orçamentária por natureza, no código 1.1.1.3.01.1.1, os algarismos 3.01.1, situados da quarta à sétima posições, compõem o desdobramento destinado à identificação das peculiaridades da receita, enquanto o último algarismo, 1, identifica o tipo da receita.
- 90 A circunstância de o superávit do orçamento corrente não decorrer de nova arrecadação não impede seu reconhecimento como receita orçamentária de capital, pois a Lei nº 4.320/1964 o inclui expressamente nessa categoria econômica.
- 91 A receita obtida com a alienação de bem intangível pertencente ao ente público classifica-se como receita patrimonial, por decorrer da exploração econômica de ativo integrante do patrimônio público.
- 92 De acordo com a Lei nº 4.320/1964, classificam-se como transferências correntes as dotações destinadas a despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive as contribuições e subvenções destinadas à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- 93 As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de instituições privadas sem finalidade lucrativa, de caráter assistencial ou cultural, classificam-se como subvenções econômicas.
- 94 Embora o empenho anteceda a liquidação, sua regular emissão não basta para autorizar o pagamento, pois a liquidação deve verificar, com base nos títulos e documentos comprobatórios, o direito adquirido pelo credor e a exata importância a pagar.
- 95 Suponha-se que, no encerramento do exercício, uma entidade pública manteve válidos empenhos no valor de R\$ 1.200.000, dos quais R\$ 900.000 haviam sido liquidados e R\$ 700.000, pagos. Nesse caso, é correto afirmar que deverão ser inscritos R\$ 500.000 em restos a pagar, sendo R\$ 200.000 em restos a pagar processados e R\$ 300.000 em restos a pagar não processados.
- 96 As despesas de exercícios encerrados que, embora amparadas por crédito próprio com saldo suficiente, não tenham sido processadas na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento.
- 97 No setor público, o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa depende da prévia arrecadação da correspondente receita orçamentária, razão pela qual os registros patrimonial e orçamentário devem ocorrer necessariamente no mesmo momento.
- 98 O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, não sendo afetado por transações que apenas modifiquem a composição dos elementos patrimoniais sem alterar o patrimônio líquido.

A Empresa Modelo Comercial Ltda., sociedade empresária do ramo comercial, apresentou as demonstrações contábeis a seguir, elaboradas em conformidade com o regime de competência e com os pronunciamentos do CPC. Os valores estão expressos em milhares de reais. Para fins de cálculo, considere que, no exercício X2, não houve distribuição de lucros, integralização de capital, baixas de imobilizado, perdas ou reclassificações de estoques.

Balanco Patrimonial		
Conta	31-12-X1	31-12-X2
Ativo		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa	R\$ 118	R\$ 170
Contas a receber	R\$ 62	R\$ 76
Estoques	R\$ 84	R\$ 70
Despesas Antecipadas	R\$ 11	R\$ 8
Total do Ativo Circulante	R\$ 275	R\$ 324
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Terreno	R\$ 95	R\$ 95
Equipamentos	R\$ 85	R\$ 145
Depreciação acumulada	(R\$ 15)	(R\$ 34)
Intangível	R\$ 20	R\$ 24
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 185	R\$ 230
Total do Ativo	R\$ 460	R\$ 554
Passivo e Patrimônio Líquido		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedor	R\$ 40	R\$ 30
Despesas provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 20	R\$ 15
Imposto de Renda a pagar	R\$ 10	R\$ 10
Total do Passivo Circulante	R\$ 70	R\$ 55
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos (LP)	R\$ 50	R\$ 27
Total do Passivo Não Circulante	R\$ 50	R\$ 27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	R\$ 220	R\$ 220
Lucros acumulados	R\$ 120	R\$ 252
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 340	R\$ 472
Total do Passivo e PL	R\$ 460	R\$ 554
Demonstração do Resultado do Exercício		
Descrição	Exercício X2	
RECEITA		
Receita Líquida de Vendas		R\$ 1.950
CUSTO		
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)		(R\$ 1.425)
LUCRO BRUTO		R\$ 525
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)		(R\$ 274)
(-) Despesas de Depreciação		(R\$ 19)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		R\$ 232
IMPOSTO DE RENDA		
(-) Despesa de Imposto de Renda		(R\$ 100)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 132

Com base nessa situação hipotética, nas demonstrações contábeis apresentadas e nos conhecimentos de contabilidade geral, auditoria, legislação tributária e folha de pagamento, julgue os itens a seguir.

- 99 Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa Modelo Comercial Ltda., o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas nem a superavaliação de passivos ou despesas, pois essas distorções podem provocar a superavaliação ou a subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

- 100** Em 31-12-X2, diante da inexistência de valores realizáveis a longo prazo, a liquidez geral da Empresa Modelo Comercial Ltda. foi de aproximadamente 4,95.
- 101** Na classificação doutrinária que distingue as funções administrativa e econômica da contabilidade, a apuração do lucro líquido de R\$ 132 mil da Empresa Modelo Comercial Ltda. em X2, mediante o confronto entre receitas e despesas reconhecidas no período, integra a função administrativa.
- 102** Suponha-se que, na data de encerramento de X2, a Empresa Modelo Comercial Ltda. fosse ré em ação trabalhista ajuizada por ex-empregado e que sua assessoria jurídica classificasse a perda como provável, estimando-a confiavelmente em R\$ 40 mil. Nesse caso, é correto afirmar que a empresa deverá reconhecer, em X2, provisão de R\$ 40 mil.
- 103** Embora a Empresa Modelo Comercial Ltda. tenha apresentado aumento de R\$ 14 mil nas contas a receber entre X1 e X2, esse fato, isoladamente, permite concluir pela existência de insuficiência de capital de giro ou risco imediato de insolvência, ainda que a entidade tenha encerrado o período com liquidez corrente de aproximadamente 5,89 e capital circulante líquido positivo de R\$ 269 mil.
- 104** Em X2, a Empresa Modelo Comercial Ltda. apresentava estoque inicial de R\$ 84 mil, custo das mercadorias vendidas de R\$ 1.425 mil e estoque final de R\$ 70 mil. Considerando que as únicas entradas decorreram de compras e que não houve perdas, devoluções ou ajustes, conclui-se que as compras totalizaram R\$ 1.411 mil.
- 105** A margem bruta da Empresa Modelo Comercial Ltda. em X2 foi inferior a 27%, enquanto o custo das mercadorias vendidas representou mais de 73% da receita líquida de vendas do período.
- 106** Na contabilidade da Empresa Modelo Comercial Ltda., o lucro líquido apurado em X2 constitui o objeto da contabilidade.
- 107** Em X2, a Empresa Modelo Comercial Ltda. estimou em R\$ 148 mil o preço de aquisição de equipamento equivalente, acrescido de R\$ 7 mil de custos de transação, e em R\$ 126 mil o preço que receberia pela venda desse equipamento em transação ordenada entre participantes do mercado. Assim, o montante de R\$ 155 mil corresponde ao custo corrente, e o de R\$ 126 mil, ao valor justo.
- 108** O grau de endividamento da Empresa Modelo Comercial Ltda., em 31-12-X2, é superior a 20%, indicando que mais de 1/5 dos ativos da entidade é financiado por capital de terceiros.
- 109** Suponha-se que, ao auditar as demonstrações contábeis da Empresa Modelo Comercial Ltda. relativas a X2, o auditor independente não tenha conseguido obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e tenha concluído que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados. Nesse caso, é correto afirmar que o auditor independente deverá abster-se de expressar opinião sobre as demonstrações contábeis.
- 110** Caso a Empresa Modelo Comercial Ltda. seja optante pelo Simples Nacional, as receitas decorrentes da revenda de mercadorias deverão ser tributadas, em regra, pelo Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de atividade de comércio, sem prejuízo da necessária segregação de receitas se a empresa também exercer atividades sujeitas a outros anexos.
- 111** Suponha-se que o aumento de R\$ 60 mil no saldo de equipamentos da Empresa Modelo Comercial Ltda. entre X1 e X2 tenha decorrido integralmente da aquisição de bens que atendiam aos critérios de reconhecimento do ativo imobilizado. Nesse caso, é correto afirmar que o valor deveria ser reconhecido integralmente como despesa operacional de X2, por corresponder a gasto incorrido no período.
- 112** As despesas antecipadas da Empresa Modelo Comercial Ltda. devem ser classificadas no passivo, pois representam obrigações cujos efeitos serão reconhecidos em períodos futuros.
- 113** Suponha-se que, no início de X2, a Empresa Modelo Comercial Ltda. possuísse 80 unidades de determinada mercadoria, adquiridas por R\$ 30 cada, e que, antes de qualquer venda, tivesse comprado mais 120 unidades por R\$ 36 cada. Caso fossem vendidas 150 unidades, sem perdas, devoluções ou outros ajustes, pelo método PEPS, o custo das mercadorias vendidas seria de R\$ 4.920, e o estoque final, de R\$ 1.800.
- 114** A margem líquida da Empresa Modelo Comercial Ltda. em X2 foi de aproximadamente 6,77%.
- 115** Suponha-se que, na folha de pagamento da Empresa Modelo Comercial Ltda., tenham sido reconhecidos salários brutos de R\$ 100 mil, retenções de R\$ 8 mil de contribuição previdenciária dos empregados e de R\$ 4 mil de imposto de renda, além de R\$ 25 mil de encargos sociais de responsabilidade da empregadora. Nesse caso, é correto afirmar que, inexistindo outros proventos ou descontos, a despesa com salários e encargos foi de R\$ 117 mil, e o valor líquido devido aos empregados, de R\$ 88 mil.
-
- Com base na celebração de convênio e nas normas para realização de patrocínio, julgue os itens a seguir.
- 116** A metodologia de comprovação da consecução do objeto é uma cláusula necessária na celebração de um convênio.
- 117** Havendo rescisão do convênio, cabe ao conveniente devolver os saldos remanescentes do valor total do objeto pactuado. O saldo proveniente de rendimentos de aplicações no mercado financeiro pertence ao conveniente.
- 118** Quando rescindido o convênio por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas, o conveniente deverá prestar contas em até 15 dias.
- 119** Serão acolhidos projetos de patrocínios propostos por pessoa física ou pessoa jurídica desde que alinhados à missão e aos valores do Sistema CONFEF/CREFs.
- 120** Comprovada a execução de evento realizado por uma organização da sociedade civil (OSC), o CREF poderá pagar sua cota de patrocínio em até duas parcelas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

TEXTO I

Em fevereiro de 2016, o governo federal anunciou a limitação de R\$ 23,4 bilhões nas despesas discricionárias do Poder Executivo. A medida foi adotada após a revisão das projeções econômicas e fiscais utilizadas na elaboração do orçamento. A estimativa de receitas foi reduzida em R\$ 13,6 bilhões, enquanto a previsão das despesas obrigatórias aumentou R\$ 9,7 bilhões em relação aos valores constantes da lei orçamentária anual. Diante desse cenário, tornou-se necessário ajustar o ritmo dos gastos para compatibilizar a execução orçamentária com a meta fiscal estabelecida para o exercício.

A limitação não ocorreu de maneira uniforme entre os programas governamentais. Ao distribuir o contingenciamento, a Administração preservou determinadas ações consideradas prioritárias, especialmente nas áreas social, de saúde e de infraestrutura. O episódio demonstra que a execução do orçamento exige escolhas, acompanhamento contínuo da arrecadação e revisão das despesas, de forma que os compromissos assumidos permaneçam compatíveis com a disponibilidade efetiva de recursos.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo anuncia contingenciamento de R\$ 23,4 bilhões nas despesas do Executivo em 2016 (com adaptações).

TEXTO II

Em fevereiro de 2018, um mês após a sanção do orçamento geral da União, o governo anunciou um ajuste de R\$ 16,2 bilhões nas despesas federais. Desse total, R\$ 8,2 bilhões seriam contingenciados em razão da manutenção dos reajustes do funcionalismo e do adiamento de medida destinada a ampliar a arrecadação. Outros R\$ 8 bilhões, vinculados às receitas esperadas com a privatização da Eletrobras, seriam preventivamente suspensos até que houvesse maior segurança quanto à efetiva realização desses recursos.

A medida buscava compatibilizar a execução orçamentária com o teto de gastos e com a meta de déficit primário fixada para o exercício. O episódio evidencia que receitas previstas na lei orçamentária não devem ser tratadas como disponíveis antes de sua efetiva realização. A programação financeira e o acompanhamento das projeções fiscais permitem, assim, limitar preventivamente despesas e reduzir o risco de que o Poder Público assuma compromissos superiores à sua capacidade financeira.

Ajuste no Orçamento de 2018 chega a R\$ 16,2 bilhões.
Agência Brasil/UOL, 2 de fevereiro de 2018 (com adaptações).

Considerando que os textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A execução orçamentária e financeira como instrumento de equilíbrio fiscal e controle da gestão pública

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) integração entre planejamento orçamentário, programação financeira e execução das receitas e despesas públicas;
- b) mecanismos utilizados para compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais; e
- c) atuação do contador no controle, no acompanhamento e na transparência da gestão dos recursos públicos.